

Direito do Trabalho

Professor: Alice Leporaci

Extinção do Contrato de Trabalho. Art. 507-A da CLT. Parte 2.

As **consequências da inclusão da cláusula compromissória de arbitragem no contrato de trabalho dos empregados hipersuficientes** estão descritas no 2º, do art.4 da Lei de Arbitragem.

Art. 4º A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

§ 1º A cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito, podendo estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira.

Conforme prevê legislação própria, a cláusula compromissória torna obrigatória a ida ao Tribunal Arbitral para dirimir os conflitos decorrentes do contrato de trabalho.

A ida ao Poder Judiciário só poderia ocorrer em caso de nulidade da sentença arbitral. Por exemplo, uma sentença proferida por juiz incompetente, ou derivada de dolo ou vício, de acordo com a própria previsão na Lei de Arbitragem.

Ao pular a etapa e ir direto ao Poder Judiciário, é hipótese de extinção do processo sem resolução do mérito, por não ter respeitado a convenção feita anteriormente.

Em noções gerais, no contrato civil, por exemplo, a previsão de cláusula compromissória faz com que as partes se comprometam a ir obrigatoriamente à arbitragem para dirimir conflitos derivados do contrato.

Antes da Reforma trabalhista, a possibilidade de inclusão da cláusula compromissória de arbitragem era possível apenas **na esfera do direito coletivo**, pois a previsão constante no art.1 da Lei de arbitragem vai de encontro com o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas.

Os direitos trabalhistas estão na seara dos direitos patrimoniais indisponíveis.

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Uma vez que tem previsão expressa na CLT, para fins de compatibilizar o que está disposto no art. 507-A da CLT com o art. 1 da Lei de Arbitragem, a interpretação é que embora o direito do trabalho esteja

inserido na seara dos direitos indisponíveis, **para os empregados hipersuficientes**, os direitos trabalhistas são disponíveis, já que eles **podem recorrer à arbitragem**.

No entanto, considerando o princípio da inafastabilidade da jurisdição, em direitos patrimoniais tão especiais como os direitos trabalhistas, uma vez inserida a cláusula compromissória, o entendimento é que isso **não afastaria o Poder Judiciário Trabalhista**.

A ideia é a possibilidade de inserção da cláusula compromissória, mas uma vez inserida, a ida até a Arbitragem seria facultativa, ou seja, **não haveria obrigatoriedade**.

O **compromisso arbitral** tem previsão no art. 9 da Lei de Arbitragem.

Art. 9º O compromisso arbitral é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial.

No compromisso arbitral, não há disposição contratual no sentido de recorrer à arbitragem para dirimir conflitos decorrentes do contrato. Mas uma vez extinto o contrato, as partes decidem ir à arbitragem, para solucionar o conflito.

Diferentemente do que ocorre em uma cláusula compromissória, em que desde a fase contratual já se tem a previsão de que o conflito será dirimido na arbitragem. No compromisso arbitral não tem disposição prévia em lugar nenhum, simplesmente **as partes resolvem, mesmo sem estar adstritas a isso, recorrer a arbitragem para dirimir o conflito derivado do contrato**.

A doutrina nesse tema é bastante **dividida**.

Existe entendimento no sentido de que se as partes podem previamente convencionar e escolher a cláusula compromissória, não há óbice para resolver isso depois e eleger a arbitragem livremente através de compromisso arbitral, para os empregados tidos como hipersuficientes.

Outros têm uma interpretação mais literal, no sentido de que se não houve um ajuste prévio em contrato de trabalho ou aditivo contratual, não há possibilidade de se estender para além daquilo que a lei prevê, apenas a cláusula compromissória pode ser utilizada e não o compromisso arbitral.